



## EDUCAÇÃO LIBERTÁRIA E LUTA POPULAR NA PRIMEIRA FAVELA: UM BREVE HISTÓRICO DO PRÉ VESTIBULAR MACHADO DE ASSIS<sup>1</sup>

Guilherme Xavier de Santana<sup>2</sup>

### Resumo

O artigo se trata de um apanhado histórico acerca do Grupo de Educação Popular (GEP) e do Pré-Vestibular Machado de Assis, analisando não só a construção política, mas as lutas travadas na região do Morro da Providência, zona portuária e área central do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XXI. O trabalho também se ancora teoricamente nos pressupostos da educação libertária e da educação popular para entender a prática política dos grupos em questão.

**Palavras-chave:** Educação libertária; Educação popular; Movimentos sociais; Luta popular e comunitária.

### LIBERTARIAN EDUCATION AND PEOPLE'S STRUGGLE IN THE FIRST FAVELA - A BRIEF HISTORY OF PRÉ-VESTIBULAR MACHADO DE ASSIS

### Abstrat

The article is a historical overview about the Popular Education Group (GEP) and the Machado de Assis entrance exam, analyzing not only the political construction, but the struggles waged in the Morro da Providência region, port area and central area of the Rio de Janeiro in the first decades of the 21st century. The work is also theoretically anchored in the assumptions of libertarian education and popular education to understand the political practice of the groups in question.

**Key-Words:** Libertarian education; Popular education; Social movements; Popular and community struggle.

### EDUCACIÓN LIBERTARIA Y LUCHA POPULAR EN LA PRIMERA FAVELA - BREVE HISTORIA DEL PRÉ-VESTIBULAR MACHADO DE ASSIS

### Resumen

Este artículo es un repaso histórico sobre el Grupo de Educación Popular (GEP) y el Pré-Vestibular Machado de Assis, analizando no solo la construcción política, sino las luchas libradas en la región del Morro da Providência, la zona portuaria y central de Rio January en las primeras décadas del siglo XXI. Este trabajo está teóricamente anclado en los supuestos de educación liberal y educación popular para comprender la práctica política de los grupos antes mencionados.

**Palabras clave:** educación libertaria; Educación popular; Movimientos sociales; Lucha popular y comunitaria.

<sup>1</sup> Artigo recebido em 28/08/2021. Avaliação em 10/09/2021. Aprovado em 29/11/2021. Publicado em 17/12/2021. O trabalho resgata parte da pesquisa da dissertação desenvolvida e defendida no ano de 2015 no Programa de Pós Graduação de Educação da UFRJ. Disponível em: <https://ppge.educacao.ufrj.br/dissertacoes2015/dguilhermexavier.pdf>

<sup>2</sup> E-mail: guidesantana@gmail.com

## Introdução

Localizado próximo à área central e da zona portuária da cidade do Rio de Janeiro, o Morro da Providência, segundo relatos históricos, teve sua ocupação intensificada no fim do século XIX após a Guerra de Canudos, quando soldados da tropa do governo saíram do conflito no Nordeste e ocuparam o que na época chamaram de Morro da Favela, devido ao nome de uma planta. Após o retorno dos militares de Canudos e instalação no Morro, este foi aos poucos e popularmente sendo chamado de Providência. Nos anos 1920 a área de encosta já possuía seus barracos e habitações humildes de forma permanente na região.<sup>3</sup>

Diversos fatores servem para analisar o fenômeno da favelização, como por exemplo, o avanço intenso e em tempo reduzido da urbanização em países como o Brasil e parte da América Latina, as primeiras expulsões de famílias da região centro-sul da cidade, além da grande onda migratória principalmente para Rio de Janeiro e São Paulo já na segunda metade do século XX. No Rio de Janeiro, a primeira reforma urbana ocorrida no início do século XX, sob o governo de Rodrigues Alves e Pereira Passos, foi marcada pelas remoções dos cortiços da região central, e tal prática viria a ser retomada por vários outros governos posteriores, acelerando o processo de segregação territorial da cidade.

Há uma vasta bibliografia que retrata historicamente como as favelas foram tratadas como um problema social, principalmente a partir do Estado Novo do governo de Getúlio Vargas (PERLMAN, 1977; VALLADARES, 2000; LIMA, 2014; GONÇALVES 2014; AMOROSO, 2014) e podemos dizer que até hoje as instituições do Estado negligenciam, marginalizam e criminalizam a população de favelas com relação a ações e políticas públicas efetivas para os moradores dessas localidades.

Diante desse contexto de criminalização e histórica desigualdade social vamos fazer um recorte contemporâneo das lutas sociais, educação popular e moradia em periferias e favelas nos últimos anos no Rio de Janeiro. Para isso, mencionaremos o papel da Frente de Luta Popular (FLP) e do Grupo de Educação Popular (GEP).

A FLP começou a se movimentar no intuito de militar em ocupações sem-teto e tinha projetos que trabalhavam no Centro de Cultura Proletária, na Baixada Fluminense, atividades que aconteciam no Morro Santa Marta, enfim, trabalho comunitário, em suma, atividades voltadas e concentradas mais em favelas. Foi em 2004 que a FLP se tornou uma Frente muito importante na cidade do Rio de Janeiro. Como movimento social, ela recomeçou o

---

<sup>3</sup> Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/aldeias-do-mal>

‘movimento dos sem tetos’ na área do Centro que estava parado há alguns anos, e em 2001 houve um despejo que fez com que outro tipo de ocupação tomasse corpo, uma ocupação “autogestionária”, totalmente diferente das ocupações que se tem tinha e tem hoje no Movimento dos Sem Terra (MST), por exemplo. No MST, a maior parte das ocupações possui coordenação, direção eleita, ou seja, uma hierarquia formalizada.

Já em 2004, então, a FLP junto com a Central dos Movimentos Populares (CMP) começou a organizar a ocupação Chiquinha Gonzaga. Foram seis meses de reunião, juntando ao movimento, moradores de rua, além de militantes da FLP que moravam em Santa Cruz, Campo Grande, Baixada Fluminense. Reunindo essas pessoas, fizeram uma ocupação no prédio que era do INCRA, na Rua Barão de São Felix, e estão lá até hoje.

Em 2005, a FLP resolve fazer outra ocupação. Cabe ressaltar que este processo de organizar outra ocupação foi feito pelos próprios moradores; a maioria das pessoas que organizou essa ocupação eram moradores da Chiquinha Gonzaga, então partiu de ‘sem teto’ para ‘sem teto’, e essa é uma lógica que vai se repetir: trabalhar com o protagonismo popular, ação direta e autonomia que são geradas nas próprias comunidades, em vez de levar pessoas que não são ‘sem teto’ para coordenar uma ocupação. Logo em 2005 é formada a Ocupação Zumbi de Palmares, que possuía cerca de cento e vinte famílias, o que resultava quase oitocentos moradores no prédio da Avenida Venezuela, que foi despejado pelo INSS em 2011.

Após a tentativa de construir a ocupação Quilombo das Guerreiras em 2005, primeiramente na Rua Alcindo Guanabara [onde hoje existe a ocupação Manoel Congo], depois no Rio Comprido, em 2006, enfim a Ocupação Quilombo das Guerreiras se torna efetiva na Avenida Francisco Bicalho.

A Ocupação resistiu até fevereiro de 2014, quando os moradores e moradoras foram despejados. A partir de 2007 começou a se discutir na FLP a criação de uma comissão de cultura e educação dentro do grupo. Portanto, existiam na época essas três ocupações [Chiquinha Gonzaga, Zumbi dos Palmares e Quilombo das Guerreiras] e alguns dos militantes da FLP tinham uma proximidade muito forte com o Morro da Providência, que era na área portuária que fica em frente praticamente; então resolveram fazer uma comissão de cultura e educação, já que existiam projetos de educação popular nessas ocupações: projeto de educação de jovens e adultos e preparatório para auxiliar de creche também na Zumbi de Palmares; reforço escolar, aula de história na Chiquinha, de formação política, além de outras

atividades na Quilombo das Guerreiras. O intuito era unir isso tudo para ser um projeto comum.

Outra atuação que ocupava parte significativa das atividades da Frente eram as denúncias que envolviam violências de estado diante de moradores e moradoras de periferias, favelas e ocupações. O trabalho de Couto (2020) revela esse aspecto e aponta fatos relevantes na seguinte passagem:

[...] a Frente de Luta Popular teve uma participação importante nas denúncias de abusos policiais nas comunidades. A coordenação das lutas que o grupo sempre buscou construir deu visibilidade a esses acontecimentos. Um dos mais emblemáticos episódios no qual a FLP esteve envolvida foi a organização da marcha realizada em 16 de abril de 2004. O nome da marcha foi uma referência às execuções que haviam se tornado uma constante no estado, nas quais os trabalhadores, mesmo portando seus documentos, não conseguiam sequer apresentá-los, identificando-se como cidadãos de direito. Essa manifestação reuniu milhares de pessoas e foi de suma importância para a mudança ocorrida nos discursos dominantes acerca desses acontecimentos violentos. Se até então as mortes que ocorriam nas comunidades eram sempre de bandidos e pelas mãos de bandidos, o enfoque da imprensa começou a ser forçosamente alterado e as autoridades tiveram que assumir a tarefa de apurar os fatos e fazer justiça. As comunidades assumiram papel de protagonistas na luta contra o preconceito e a violência, rompendo com seu histórico papel de perpetradores ou de vítimas dos abusos policiais (COUTO, 2020, p. 124).

Entre o final do ano de 2007 e o início de 2008, a FLP acaba, e esse grupo de educação e cultura tornou-se o embrião do que surgiria depois: o Grupo de Educação Popular (GEP).

### **Sobre o Grupo de Educação Popular (GEP) - Educação Libertária e Luta popular**

Inicialmente vale apontar o momento que o Grupo se constituiu, que foi numa conjuntura que a cidade do Rio de Janeiro estava sendo alvo de megaeventos esportivos como o Pan-Americano em 2007, a Rio+20 em 2012, a Copa das Confederações em 2013, a Copa do Mundo em 2014, as Olimpíadas e as Paraolimpíadas de 2016, além de eventos como a Jornada Mundial da Juventude em 2013, por exemplo.

O processo de “revitalização” e gentrificação<sup>4</sup>, baseado em processos semelhantes que ocorreram em Barcelona, Nova Iorque, Madrid, Lisboa, Buenos Aires, entre outras cidades a partir da década de 1980 (FERNANDES, 2011), tem relação direta com a luta por moradia e

---

<sup>4</sup>Segundo Frugóli e Sklair (2009, p. 120), a partir da formulação primeira de Ruth Glass, nos anos sessenta: “criação de áreas residenciais para classes médias e altas em bairros de áreas urbanas centrais, articulados a processos de controle ou expulsão de setores das classes populares, [...], produzindo mudanças da composição social de um determinado lugar, bem como tipos peculiares de segregação sócioespacial e de controle da diversidade”.

habitação, e são fundamentais no sentido de buscar analisar e entender as atividades político-educativas que o GEP buscou construir junto aos moradores das ocupações da zona portuária e centro do Rio de Janeiro.

O GEP foi fundado e construído a partir do contexto mencionado acima e teve um papel importante de atuação no campo da educação popular e da luta comunitária da região da Providência e zona portuária entre os anos 2008 e 2015 – quando se encerraram os trabalhos do coletivo.

Além de atividades nas ocupações ainda como militantes da FLP, o GEP como um grupo político organizado possuía inicialmente projetos como o de educação de jovens e adultos, e o preparatório para auxiliar de creche na Ocupação Zumbi de Palmares; reforço escolar, aula de história na Chiquinha Gonzaga, de formação política; além de outras atividades na Quilombo das Guerreiras.

A respeito da concepção política do GEP, os relatos e pesquisas apontaram que, as cartilhas não oficiais que membros do Grupo divulgaram em redes sociais, podemos dizer que dentre os princípios que o GEP tenta construir nas suas atividades, o mais fundamental é uma educação para a autonomia, a liberdade, a resistência.

Uma educação horizontal, cujo foco não se centra nem na figura do professor, nem na do aluno, mas na relação entre as pessoas, na coletividade, naquilo que é comum; entendendo a sala de aula como germe de uma nova forma de organização da sociedade. Outro importante pressuposto político que o GEP busca construir seria o combate à perspectiva assistencialista característica de Organizações Não Governamentais (ONGs), projetos governamentais e empresariais (SANTANA, 2015).

Ainda segundo a referida cartilha, o Grupo não queria "amenizar" o capitalismo e a desigualdade social, mas construir - a partir da organização popular - uma sociedade igualitária que não seja baseada nas atuais relações sociais. Além disso, o documento político enfatiza que o GEP defendia como princípio de organização, a autogestão e a ação direta, rejeitando toda forma de gestão e governo baseada na hierarquia e na representatividade, no qual pessoas eleitas possuem o direito de decidir por outras.

Essas questões mencionadas na cartilha do GEP, construídas e debatidas pelos membros militantes suscitam e nos levam a referências ligadas a filosofia política anarquista e sua forma de atuar politicamente, sejam na área da educação ou outras formas de luta. Falar em autogestão na forma de organizar, de ação direta no momento de agir e de rompimento com as hierarquias institucionalmente constituídas são alguns elementos que estão não só em

seus documentos e na forma de como o Grupo buscou atuar politicamente. Sobre isso, trago a reflexão de Moraes (2018) sobre o assunto:

[...] o anarquismo defende a criação de uma sociedade entre iguais, sem patrões e empregados, sem discriminações, sem governantes e governados, portanto sem Estado e sem propriedade privada das terras, das empresas. Só dessa maneira será possível, defendem os anarquistas, a construção de uma sociedade fraterna, na qual todos possam trabalhar e receber de acordo com as necessidades, com livre associação entre as pessoas, sem qualquer tipo de opressão” (MORAES, 2018, p. 33).

Trago também a contribuição conceitual de Silvio Gallo (2007) quando diz que:

O Anarquismo é contrário a todo e qualquer poder institucionalizado, contra qualquer autoridade e hierarquização e qualquer forma de associação assim constituída. Para os anarquistas a gestão da sociedade deve ser direta e fruto dela própria. Para os anarquistas, é inconcebível que uma luta política pela emancipação dos trabalhadores e pela construção de uma sociedade libertária possa se restringir a uma ou a algumas dessas unidades geopolíticas às quais chamamos de países” (GALLO, 2007, p. 21).

O contexto de instalação da UPP no Morro em 2010, o desenvolvimento do Programa Morar Carioca em 2011, além de todo o projeto de “revitalização” da região portuária, cujo nome era Porto Maravilha, não podem estar deslocados desse processo vivido pelos habitantes da região e muito menos da história do Grupo.

A partir da instalação do Projeto Morar Carioca no Morro da Providência e a iminência de muitos moradores serem despejados e removidos de forma ilegal e sem o mínimo de diálogo, os militantes e apoiadores do Grupo passaram a participar mais desse cotidiano das remoções. Segundo as entrevistas e a observação participante ao longo da pesquisa as remoções e as intervenções mais violentas dos agentes da Prefeitura do Rio de Janeiro no Morro começaram em 2011.

O primeiro contato em que os militantes tiveram conhecimento sobre as remoções na Providencia, foi a partir de alguns alunos, relatando que os pais ou algum familiar estava sendo removidos no ano de 2011. A partir desse momento, membros do Grupo começaram a procurar saber o que estava acontecendo em relação ao Morar Carioca, como eram as remoções, qual era a proposta da Prefeitura, etc.

No meio desse processo, os militantes do GEP conheceram outro espaço político que existia na zona portuária, o Fórum Comunitário do Porto, que se tratava de um local onde a proposta era tentar articular, moradores e moradoras, além de diferentes grupos que estavam na Providência e lá atuavam, ou que se interessavam pelo tema do Morar Carioca para formar ali uma frente de resistência aos processos de remoções.

O GEP foi um desses grupos convidados a participar do Fórum Comunitário, principalmente pelo fato de ter contato com a juventude que habitava o Morro e região, diretamente atingida por tais políticas públicas.

O Fórum tinha uma expressiva presença da comunidade acadêmica, professores universitários, estudantes de graduação, mestrado, doutorado, que estavam fazendo suas pesquisas de campo e acabavam utilizando o Fórum como uma porta de entrada para terem acesso aos moradores do local. Por conta desse perfil, em relação às estratégias de luta traçadas no ambiente político, elas se pautavam ou pela via institucional de apoio aos mandatos ou pela via jurídica, defensoria pública, ou moção de apoio por conta da universidade.

Em contraposição a essa concepção, a prática política-pedagógica do GEP sempre possuiu uma perspectiva de apostar muito mais na ação direta, na mobilização política dos próprios moradores como estratégia de luta, até para pressionar, e essas estratégias de luta sempre foram raras dentro do Fórum. Portanto, era muito difícil o diálogo e conseguir aprovar algum tipo de ação que os integrantes do GEP, junto a alguns moradores, julgavam ser mais efetiva dentro daquele espaço político.

É a partir daqui que proponho uma breve reflexão da prática militante do Grupo com a educação libertária. Pontuamos que tal modalidade política educacional possui alguns princípios básicos como ação direta, autogestão, autonomia política, ajuda mútua, federalismo, democracia direta, dentre outros pressupostos que compõem o espectro da filosofia política anarquista.

Refletindo sobre ação direta achamos fundamental entender o conceito, a prática e o quanto essa questão segue atual no seio dos movimentos populares em geral. Silva aponta que:

O conceito de ação direta apareceu por escrito pela primeira vez no Congresso de Amiens (1906): “a ação econômica deve-se exercer diretamente contra o patronato”. O termo, no entanto, já era usado no contexto do movimento sindicalista francês na década de 1890, resumindo-se a “ação industrial”, como “greves, boicotes e sabotagens” (SILVA, 2018, p. 193).

Já Silvio Gallo (2007) em sua obra “Pedagogia libertária: anarquistas, anarquismos e educação” observa que:

A ação direta anarquista traduz-se principalmente nas atividades de propagandas e educação, destinadas a despertar nas massas a consciência das contradições sociais a que estão submetidas, fazendo com que o desejo e a consciência da necessidade da revolução surja em cada um dos indivíduos. Pode-se dizer que a principal fonte da ação direta foi o da propaganda, através dos jornais e revistas, assim como da literatura e do teatro (GALLO, 2007, p. 21).

Outra referência que podemos citar a respeito dessa teoria e prática tão central na filosofia anarquista é a militante libertária e sindicalista estadunidense Voltairine De Clayre (1866-1912) que escreveu um panfleto extremamente divulgado chamado “Ação direta”<sup>5</sup>. Nesse escrito a ativista diz que:

Todas as experiências de cooperação são essencialmente ação direta. Todo indivíduo que em sua vida teve uma diferença com qualquer outra pessoa, e diretamente procurou outras pessoas para envolvê-las na luta, através de um plano pacífico ou não, colocou a ação direta em prática [...] Estas ações geralmente não são levadas a efeito simplesmente por causa de argumentos de um ou de outro, ou em função de leis, mas é a resposta espontânea daqueles que estão oprimidos por uma situação. Em outras palavras, todas as pessoas acreditam, quase sempre, no princípio da ação direta e a praticam (DE CLEYRE, S/D).

Assim, entendemos que o conceito e a prática da ação direta ampliam não só o momento do agir coletivo e político, mas contam também com a construção e ressignificação política do local no qual a pauta é mobilizada em determinado tempo histórico.

O GEP com o passar do tempo acumulou algumas frentes de trabalho e atuação. Duas delas eram centradas na favela da Providência, região central e zona portuária junto às ocupações: o já comentado Pré-Vestibular Machado de Assis e a Alfabetização de Jovens e Adultos. Ambos funcionavam na Igreja Nossa Senhora do Livramento, na Ladeira do Barroso. A outra frente era com docentes da rede pública que buscavam levar as pautas da educação libertária e do sindicalismo revolucionário no Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (SEPE). Chamada de GEP Educação Pública, essa frente era majoritariamente composta por militantes que trabalhavam e militavam no âmbito estadual e municipal do Rio de Janeiro.

As três frentes e espaços do GEP tinham sua autonomia para dinamizar suas atividades de luta cotidiana. Trabalhando muito próxima a ideia do federalismo libertário onde na qual alguns autores clássicos anarquistas ao longo da história desenvolveram teoricamente após a prática nos movimentos sociais.

O primeiro a buscar aprimorar o conceito a partir da prática política na qual a classe trabalhadora já se organizava foi Pierre Joseph Proudhon. Na apresentação da obra do autor “Do princípio federativo”, Trindade (2001) observa:

O federalismo como uma técnica permitindo respeitar a pluralidade e, conseqüentemente, a livre iniciativa dos grupos sociais e suas liberdades. Mais exatamente, o pluralismo é essencial à realidade social desalienada: o federalismo não é uma técnica preferível, suscetível de trazer mais bem-estar ou liberdade aos produtores, ele é a expressão da realidade social (TRINDADE, 2001, p. 14).

---

<sup>5</sup> Disponível em: [https://www.anarquista.net/wp-content/uploads/2013/09/acao\\_direta\\_\\_voltairine\\_de\\_cleyre.pdf](https://www.anarquista.net/wp-content/uploads/2013/09/acao_direta__voltairine_de_cleyre.pdf)

O anarquista francês nos mostra que o sistema federativo é o oposto da hierarquia ou centralização administrativa e ainda diz que suas principais características são restringir a autoridade central, legitimando a liberdade maior aos envolvidos em geral, fortalecendo as relações diretas e políticas por territórios (PROUDHON, 2001).

Tanto a Alfabetização quanto o GEP Educação Pública encerraram suas tarefas no fim do ano de 2015 e o Grupo como um todo se desfez, encerrando suas atividades por questões políticas divergentes entre membros. Porém é fundamental frisar que o Pré-Vestibular Machado de Assis se manteve firme e existe até hoje.

Portanto, estudar e pesquisar sobre a história do GEP, o Pré-Vestibular Machado de Assis e a luta popular no Morro da Providência, a forma do Grupo atuar em outras frentes e a construção política junto à moradores e moradoras da favela e das ocupações sem teto - além dos estudantes e seus familiares na Providência e escolas públicas – é buscar refletir sobre uma atuação política que vai muito além das convencionais que estamos acostumados, ou seja, ligadas às instituições do estado e o voto de dois em dois anos, por exemplo – o que alguns chamam de uma forma de ação política “indireta”.

Vamos falar do Pré-Vestibular Machado de Assis, sua fundação dentro do GEP e um pouco de sua história de uma construção político pedagógica que se pauta na autonomia política e autogestão do espaço educacional desde sempre.

## **O Pré Vestibular Machado de Assis**

Antes de falarmos do início dos trabalhos do Pré-Vestibular Machado de Assis é importante mencionar alguns antecedentes históricos. Daí precisamos recuar para o mês de junho do ano de 2008, mês que aconteceram assassinatos de três jovens da Providência, o GEP como uma resposta simbólica a repressão inaugura os seus primeiros trabalhos com educação popular: um preparatório para concursos públicos de ensino fundamental.

A primeira turma do preparatório foi aberta no espaço do centro cultural “Nova Aurora”, na antiga Praça Américo Brum, hoje parcialmente demolida devido às obras para construção do teleférico. Os relatos de moradores e de militantes mostraram que por conta dos sucessivos tiroteios que aconteciam logo após a desocupação do Exército e à localização da praça – local, antigamente, de maior conflito da comunidade – o Grupo decidiu deixar o local.

Nesse período a Providência estava ocupada pelo Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE), que era um embrião da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), e as

aulas eram muitas vezes interrompidas ou não aconteciam; tais eventos motivaram a mudança de sede da praça para a Capela Nossa Senhora do Livramento, na Ladeira do Barroso, onde continuam até os dias atuais as atividades do Grupo, com o Pré-Vestibular Machado de Assis e a Alfabetização de Adultas e Adultos.

A respeito da duração e dos detalhes do andamento desse primeiro curso preparatório para concursos de ensino fundamental, foi revelado que foi um projeto curto, pois como relatado, aconteciam intensos tiroteios quase que diariamente e o espaço Nova Aurora era muito próximo de onde havia tais confrontos. Porém, os professores e militantes começaram o curso, fizeram divulgação com cartazes, panfletos, além das inscrições em uma banca colocada na Praça Américo Brum.

Apesar de todos esses detalhes e desafios, as atividades do GEP na região prosseguiram, e uma das principais pautas, tornou-se justamente a luta contra a violência policial no Morro da Providência. Em 2009 abriu-se a primeira turma do Pré-Vestibular Comunitário Machado de Assis<sup>6</sup>. Importante nesse momento dizer que o nome do projeto foi eleito por alunos e professores em assembléia.

O início do Pré-Vestibular se dá em Janeiro de 2009 e a decisão era de fazer um projeto que dialogasse mais com a comunidade, com as pessoas que moram na Providência, que não tinham ainda nenhum outro pré-vestibular que não fosse o do GEP. Na pesquisa percebemos que o GEP sempre propôs como princípio organizativo a autogestão de quase todas as decisões tomadas para o andamento do pré-vestibular, além de possuir vários valores ligados ao movimento libertário que acabam sendo traduzidos na prática pedagógica em sala de aula.

Aqui vale mencionar a noção de autogestão trabalhada pelo francês Berthier quando o intelectual diz:

“Autogestão” é, antes de tudo o meio de pôr em aplicação o princípio: a emancipação dos trabalhadores será a obra dos trabalhadores. Isso implica estruturas organizacionais que permitem a aplicação desse princípio. Essas estruturas são, de saída, essencialmente organismos de base que permitem a expressão de todos os trabalhadores, simultaneamente no plano da empresa e no local de moradia. Vemos, então, já uma primeira característica da autogestão segundo os anarco-sindicalistas; ela é, desde as estruturas elementares da sociedade (empresa, localidade), simultaneamente econômica e política (BERTHIER, 2002, p. 61/62).

E vale complementar como ela vem sendo trabalhada teoricamente e na prática pedagógica. O russo Pistrak (2011) nos aponta essa questão falando da experiência da formação das assembleias dos estudantes nas primeiras escolas soviéticas ainda durante os

---

<sup>6</sup> O clássico escritor da literatura brasileira viveu parte de sua vida justamente na região do Morro da Providência em fins do século XIX.

anos iniciais da revolução russa. O pedagogo nos mostra alguns aspectos referentes a tal formato de organização e também a partir da autogestão estudantil no seguinte trecho:

Um dos objetivos da organização é quebrar a autoridade absoluta do chefe, baseada na força, substituindo-a pela autoridade do coletivo, encarregado de criar sua vida e sua própria organização. As experiências desse tipo, de acordo com os resultados obtidos em alguns meses, superam, em certos casos, todas as expectativas. O coletivo é tão unido que, por exemplo, não há necessidade de fechar com chave o almoxarifado (anteriormente, cada fugitivo, sem exceção, levava um travesseiro e um cobertor para vender); os casos de fuga quase não se verificam mais (às vezes, entretanto, o chefe deposto não pode se conter) (PISTRAK, 2011, p. 159).

Acreditamos que o formato de assembleias no sentido de decidir as questões cotidianas do espaço educacional, construir lutas de forma direta por membros do coletivo e avançar em pautas de resolução de questões de organização política não é algo que está apenas na revolução russa ou nos prés-vestibulares comunitários, mas em diversos movimentos populares ao longo da história e em diversos locais do mundo.

Sobre autogestão e a construção do espaço político pedagógico do Pré-Vestibular Machado de Assis coletamos alguns relatos de alguns ex-estudantes que merecem ser citados no sentido de enriquecer nossa reflexão.

Nesse sentido perguntamos a diferença entre o espaço educacional das escolas formais e o do Pré-Vestibular. O ex-estudante B.F. diz que enquanto na escola,

as aulas são totalmente passivas, no sentido organizacional, no ponto de vista do aluno, no Machado de Assis, nós éramos alunos, diretores e coordenadores. Dessa forma, nós decidíamos o calendário, os eventos, as trocas dos professores quando algo ocorria – faltas, por exemplo (B.F.; ex-estudante do Pré-Vestibular Machado de Assis).

Já outro ex-estudante relata da seguinte forma a diferença:

As aulas no Pré-Vestibular costumam focar o projeto político de um coletivo de professores que pensam relativamente de forma homogênea. Já a escola é um campo de disputa política aberta, onde diferenças tendem a ser padronizadas pelo estado ou por grupos privados de educação, criando currículos rígidos e implementação de pedagogias que variam entre a tradicional e a tecnicista tornando as aulas e os conteúdos mecânicos e sem relação com o contexto social que escola está inserida” (F.P.; ex-estudante do Pré-Vestibular Machado de Assis).

Já com relação à construção pedagógica entre estudantes e docentes tivemos relatos que também dialogam com a questão da autogestão, a quebra de hierarquias cotidianas e o estabelecimento de relações para além das salas de aula pessoais e politicamente falando. Como na fala a seguir de uma ex-estudante:

A maioria dos professores se fazia bastante presente na vida dos alunos, se preocupavam com os mesmos, tanto no quesito de ensino, como também no quesito da saúde mental dos alunos, por exemplo quando um aluno faltava por dias seguidos, sempre algum dos professores contatava o mesmo para saber se estava tudo bem, o porquê da ausência, se o aluno estava precisando de ajuda e também para dar uma palavra de suporte pra incentivar o aluno a não desistir. Sendo assim,

os professores do pré eram e são pessoas que você pode se abrir e sempre vão tentar te ajudar, exercendo um papel muito além do que o de professor, de amigo, conselheiro, e também se precisasse de "psicólogo". Como o pré é uma autogestão tanto os professores como os alunos trabalhavam em conjunto para o pré funcionar, sendo uma relação de suporte e apoio (J.P.; ex-estudante do Pré-Vestibular Machado de Assis).

Ainda sobre a relação entre docentes e estudantes, outro ex-estudante diz que:

A construção era baseada na troca de experiências, o professor/a sempre deixava claro que aprendia também com nós alunos e isso nos fazia sentir importantes por estar ensinando algo, não existia a autoridade por medo do professor/a em sala, pelo contrário, era pelo respeito e admiração que nós alunos sempre tinha algo a propor para melhoria do espaço de realização das aulas, nós nos sentíamos a vontade e não coagidos como em outros espaços a propor alguma coisa, não nos sentíamos inferiorizados naquele espaço (L.D.; ex-estudante do Pré-Vestibular Machado de Assis).

Portanto, podemos ratificar com alguns desses relatos premissas que a filosofia política anarquista desde sempre buscou sem pautar que seria a não separação de teoria e prática. Quando trabalhamos com educação libertária é central termos essa sensibilidade, não colocar a teoria acima da prática, mas lado a lado, em processo de construção.

A tradição libertária, diferente do que alguns estudiosos buscam debater e produzir, não ficou estagnada nas experiências do fim do século XIX e início do século XX, mas segue em diversos projetos educacionais no Brasil, América Latina e outras partes do mundo. Ligando prática a teoria, se conectando com movimentos populares e na luta por direitos, não só no campo da educação.

Acreditamos que o Pré-Vestibular Machado de Assis segue uma construção política que se influencia pelas ideias libertárias no campo da educação e também outros princípios como da pedagogia da autonomia e do oprimido desenvolvida pelo pedagogo pernambucano Paulo Freire ao longo de décadas no país, e que também trabalhou junto a movimentos na América Latina e África.

Uma das questões aprofundadas pelo método freireano ao longo da história e que podemos articular com a prática do espaço político educacional que o Pré-Vestibular desenvolve são as noções de pedagogia da autonomia e a pedagogia do oprimido.

A questão da autonomia vem sendo construída desde a questão das aulas e o conteúdo que os docentes utilizam, até o incentivo para que estudantes desenvolvam sua autonomia dentro e fora das aulas, se sentindo pertencente ao projeto, criando comissões entre estudantes<sup>7</sup> para levar demandas próprias e melhorar aspectos cotidianos do Pré-Vestibular.A

---

<sup>7</sup> Ao longo dos anos diferentes turmas foram criando comissões de limpeza, de juntar e comprar materiais básicos, dividir tarefas para monitorar as faltas das turmas, se juntando a professores e professoras para organizar

partir do “Dicionário Paulo Freire” organizado por Streck, Redin e Zitkoski (2010) e do verbete sobre “autonomia”, podemos entender que:

autonomia é um processo de decisão e de humanização que vamos construindo historicamente, a partir de várias, inúmeras decisões que vamos tomando ao longo de nossa existência. Ninguém é autônomo primeiro para depois decidir (STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2010, p. 97).

A respeito da pedagogia do oprimido, Paulo Freire a todo instante buscou romper com o que chama de “educação bancária”<sup>8</sup> e para isso reforça que estudantes, docentes e todo o corpo escolar necessitam entender o papel que cumprem numa sociedade de classes. A partir daí desenvolve um método que é descrito de forma resumida abaixo pelo autor:

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se, na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação (FREIRE, 2013, p. 57).

Então, afirmamos que o Pré-Vestibular Machado de Assis, assim como outros projetos em educação popular e comunitária, se insere e dialoga não só com princípios anarquistas já mencionados, mas também diretamente com algumas das práticas e princípios trabalhados por Paulo Freire e toda a tradição de movimentos sociais em educação que buscam uma emancipação coletiva, anticapitalista e de ruptura com métodos tradicionais em educação.

## **Conclusão**

Caminhamos nosso artigo para a conclusão dizendo que a história do Pré-Vestibular Machado de Assis se entrelaça com a do Grupo de Educação Popular (GEP), que possui relação direta com as lutas populares que envolvem a população da Providência e entorno chamada como Primeira Favela e que faz parte do complexo da Pequena África, como dizem alguns historiadores e demais estudiosos.

Podemos dizer que o GEP e o Pré-Vestibular sempre se relacionam, mas o fato do segundo ainda existir e o primeiro não, reforça o caráter federalista do movimento social de possuir independência entre espaços que constroem o todo de uma coletividade e que graças a

---

eventos políticos e culturais realizados pelo Pré-Vestibular, dentre outras formas de atuação de forma descentralizada, comissionada e com responsabilidade igual a qualquer outra pessoa que usufrua do espaço.

<sup>8</sup> Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. “Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão – a absolutização da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no ombro” (FREIRE, 2013, p. 81).

própria organização, de ambos os espaços de militância, não sufocam e nem deterioram o que é construído.

No momento que escrevemos esse trabalho estamos completando doze anos de um trabalho com foco na educação popular, de caráter libertário e com diversos estudantes e ex-estudantes que não só são aprovados como constroem ainda hoje o Pré-Vestibular mesmo após não estarem mais como discentes na Providência.

Entendemos que a construção de um projeto de educação popular se dá ao longo prazo e nas palavras de alguns estudantes que hoje são professores e professoras isso fica bem nítido, como L.D. a seguir diz:

Aprendi que posso acrescentar nos espaços que vou conviver com minha experiência de vida por menor que ela seja, autonomia e importância do local que vim tem que ser reproduzidas para fora deste espaço para que mais pessoas aprendam a valorizar e dar o devido apoio para a história local, nós não somos carentes de nada que é colocado pela grande mídia, sempre fazemos e vamos continuar fazendo por nós mesmos se o poder público não se interessa em entrar da forma correta nesses locais, aprendi com os educadores do Pré que nossa arma está em nossas atitudes, palavras e locais que vamos ocupar e que mais cedo ou tarde estaremos de volta em nosso território ajudando a outras pessoas ter a mesma visão que a nossa! E assim vamos fazer a roda girar queira ou não o sistema (L.D.; ex-estudante do Pré-Vestibular Machado de Assis).

E também na declaração da ex-estudante e atual professora A.C. percebemos essa construção política que se propõe educação libertária e popular:

Posso dizer que o Pré-Vestibular Comunitário Machado de Assis foi um divisor de águas em minha vida. Aprendi a compreender e respeitar as pessoas, me reconhecer perante a sociedade e lutar por voz e espaço como nunca antes feito. Aprendi que se omitir é se declarar do lado do opressor e que posso sim aderir lutas que não são minhas para fortalecer elos (A.C.; ex-estudante do Pré-Vestibular Machado de Assis).

Diversos movimentos que constroem a militância em educação entendem que a questão política está em todos os aspectos de nossas vidas, e é preciso aprender, ensinar, trocar experiências e fazer parte do processo de luta contra as injustiças, docentes, discentes, familiares, moradores e moradoras de modo geral. É como dizem os zapatistas que é fundamental “mandar obedecendo e obedecer mandando” para que possamos construir a semente de um novo mundo a partir dos de baixo.

## Referências

COUTO, Renata Mena Brasil do. **Reflexões sobre a luta na periferia do capitalismo: Frente de Luta Popular**. Revista Argumentum. Vitória, v. 12, n. 1, p. 117-130, jan./abr. 2020.

DE CLEYRE, Voltairine. **Ação Direta.** S/D. Disponível em: [https://www.anarquista.net/wpcontent/uploads/2013/09/acao\\_direta\\_voltairine\\_de\\_cleyre.pdf](https://www.anarquista.net/wpcontent/uploads/2013/09/acao_direta_voltairine_de_cleyre.pdf). Acesso em: 28 de Agosto de 2021.

FERNANDES, Adriana. **Com quantos coletivos se faz um coletivo? A micropolítica do espaço em uma ocupação de sem-teto.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FRUGÓLI JR., H. e SKLAIR, J. **O bairro da Luz em São Paulo: questões antropológicas sobre o fenômeno da gentrificação.** In: Cuadernos de Antropologia Social, n. 30, Universidad de Buenos Aires, p. 119-136, 2009. <http://www.scielo.org.ar/pdf/cas/n30/n30a07.pdf>. Acesso em: 29 de Junho de 2021.

GALLO, Silvio. **Pedagogia libertária: anarquistas, anarquismos e educação.** São Paulo: Imaginário: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

GONÇALVES, Rafael Soares; AMOROSO, Mauro. **Golpe militar e remoções das favelas cariocas: revisitando um passado ainda atual.** Acervo, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 209-226, 2014.

MORAES, Wallace de. **Governados por quem? Diferentes plutocracias nas histórias políticas de Brasil e Venezuela.** Curitiba. Editora Prismas, 2018.

PERLMAN, Janice E. **O Mito e a Marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PISTRAK, M.M. **Fundamentos da escola do trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **Do princípio federativo.** São Paulo: Nu-Sol: Imaginário, 2001.  
SANTANA, Guilherme Xavier de. **Educação Popular, Educação Libertária e Movimentos Sociais: um Estudo de Caso sobre o Grupo de Educação Popular (GEP).** 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) UFRJ, Rio de Janeiro.

SILVA, Peterson Roberto da. **O Anarquismo e a Legitimidade: tensões pós-modernas.** 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – UFSC, Santa Catarina.

STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José. **Dicionário Paulo Freire.** 2ª edição, revisada e ampliada, 1ª reimpressão – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

TRINDADE, Francisco. **Apresentação do livro “Do princípio federativo”.** In: PROUDHON, Pierre-Joseph. **Do princípio federativo.** São Paulo: Nu-Sol: Imaginário, 2001.

VALLADARES, Lícia. **Gênese da favela carioca. A produção anterior às Ciências Sociais.** Revista Brasileira de Ciências Sociais - v. 15 n. 44, 2000.